



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Segunda-feira, 10 de novembro de 2025 às 15:37, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 7736352: LEI Nº 1.522/2025

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Maracajá

MUNICÍPIO

Maracajá



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7736352>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

LEI Nº 1.522, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, IMÓVEL RURAL QUE ESPECIFICA SITUADO NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANIBAL BRAMBILA, *Prefeito Municipal de Maracajá*, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Maracajá, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, por motivo de Utilidade Pública, com fundamento de acordo com Artigo 1º, Artigo 2º, o que lhe faculta a alínea “e”, do Artigo 5º e Artigo 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 e Incisos VI e VII, do Artigo 75, da Lei Orgânica do Município, a adquirir através de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo amigável ou judicialmente ou, ainda, por compra e venda, doação, permuta, transação, compensação, em caráter de urgência, *uma fração do terreno rural com área de 11.468,88m² (onze mil, quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Valdir Carradore, esquina com a Rua Antônio Pedro Farias, Bairro Centro, Maracajá/SC, matrícula nº 7.288, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá, de propriedade de DORILDO PREZALINO RAMOS, inscrito no CPF sob o nº 341.665.489-72, residente e domiciliado na Rua Manoel José da Rocha, nº 50, bairro Centro, Maracajá/SC CEP 88915-000, com suas medidas e confrontações, abaixo relacionadas e descritas:*

I – Área desapropriada da matrícula nº 7.288: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P51 de coordenadas N=6.806.992,3223m e E=650.638,2533m, deste segue ao sul com distância de 167,28m confrontando neste trecho ao leste com David Ramos e outros - Matrícula nº 102.480 até o vértice P1 de coordenadas N=6.806.826,6135m e E=650.661,0915m, deste segue ao oeste com distância de 70,14m confrontando neste trecho ao sul com Dorildo Prezalino Ramos - Matrícula nº 7.288 até o vértice P2 de coordenadas N=6.806.817,0375m e E=650.591,6104m, deste segue ao norte com distância de 30,96m confrontando neste trecho ao oeste com a Rua Antônio Pedro Farias até o vértice P3 de coordenadas N=6.806.847,7499m e E=650.587,7120m, deste segue ao norte com distância de 29,35m confrontando neste trecho ao oeste com a Rua Antônio Pedro Farias até o vértice P4 de coordenadas N=6.806.876,8878m e E=650.584,1746m, deste segue ao norte com distância de 94,01m confrontando neste trecho ao oeste com a Rua Antônio Pedro Farias até o vértice P5 de coordenadas N=6.806.970,0506m e E=650.571,6060m, deste segue ao leste com distância de 15,18m em arco confrontando neste trecho ao norte com a Rua Valdir Carradore até o vértice P6 de coordenadas N=6.806.981,2126m e E=650.579,6535m, deste segue ao leste com distância de 59,64m confrontando neste trecho ao norte com a Rua Valdir Carradore até o vértice P51 de coordenadas N=6.806.992,3223m e E=650.638,2533m, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único. O Imóvel supracitado, objeto de desapropriação, será incorporado ao Patrimônio Público do Município de Maracajá.

Art. 2º O objetivo da Desapropriação destina-se a permitir à Municipalidade promover a edificação de obras e serviços públicos, notadamente neste caso a construção de casas populares para a doação às famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo dignidade e segurança habitacional influenciando positivamente na qualidade de vida destas pessoas que mais precisam, constituindo-se obra de relevante interesse público.

Art. 3º O valor a ser pago pelo referido Imóvel descrito no Artigo 1º desta Lei será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em parcela única ou em até 30 (trinta dias).

§ 1º O valor referido no *caput* deste Artigo encontra-se de acordo com o valor de mercado, em consonância, igualmente, com o Laudo de Avaliação elaborado pela Comissão Especial para a Avaliação de Imóveis, instituída pelo Decreto Municipal nº 216/2024, constante do Processo Administrativo nº 000715/2025, parte integrante desta Lei.

§ 2º A área a ser recebida a título de desapropriação pelo Município, foi Declarada de Utilidade Pública, por meio do Decreto Municipal nº 129, de 26 de setembro de 2025, alterado pelo Decreto Municipal nº 133, de 7 de outubro de 2025.

§ 3º O valor constante no *caput* deste artigo será pago pela Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, de uma só vez ou em até 30 (trinta dias), quando da assinatura da escritura pública e definitiva de aquisição dos imóveis, se amigável ou, através de depósito judicial, ou outra forma estipulada judicialmente.

Art. 4º A partir da data da publicação desta Lei, não será permitido aos proprietários dos imóveis descritos e caracterizados no Artigo 1º, efetuar qualquer intervenção, serviço ou benfeitoria de qualquer natureza.

Art. 5º Fica a Secretaria de Administração juntamente com a Assessoria Jurídica do Município, autorizadas a adotar as providências necessárias a efetivação da desapropriação e a celebração da escritura pública ou termo de desapropriação de que trata a presente Lei, bem ainda a realizar as despesas decorrentes da desapropriação e da escrituração e demais gastos necessários à incorporação do imóvel ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 6º Para a formalização da aquisição, deverá o Poder Executivo Municipal verificar previamente a regularidade do imóvel perante a Fazenda Pública e a inexistência de ônus reais sobre o mesmo, junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 7º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade da realização, quando necessária, dos procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as regras contidas na Lei Orgânica Municipal.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as alterações e ajustes em decorrência desta Lei nos instrumentos de planejamento, o Plano Plurianual –PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual –LOA, vigentes e aplicáveis, para as inclusões e/ou alterações das despesas, projetos e programas previstos, observando-se para este fim, o disposto nos artigos 40 a 43, da Lei nº 4.320/1964, através de Decreto.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e/o vinculadas do orçamento do Município de Maracajá, suplementadas,

se necessário, por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal no decorrer do exercício financeiro de 2025, observando-se para este fim, o disposto nos Artigos 40, 41, 42 e 43, todos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a expedir os atos necessários para estabelecer normas complementares à execução da presente Lei e às regulamentações necessárias.

Art. 11 Fazem parte desta Lei, as matrículas e planta de localização das áreas, o memorial descritivo e o Laudo de Avaliação da Comissão Especial para a Avaliação de Imóveis, homologado pelo Decreto Municipal nº 140/2025.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal da Administração em 10 de novembro de 2025.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

